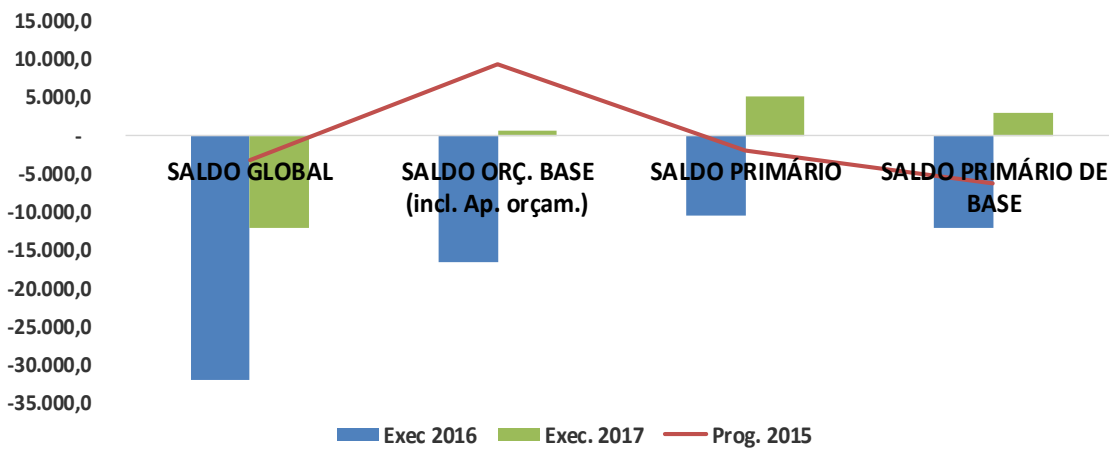




Relatório das Finanças de Públicas janeiro a dezembro de 2017



Relatório das Finanças Públicas

03/2017



Relatório das Finanças Públicas

03/2017

Relatório das Finanças Públicas

janeiro a dezembro de 2017

junho 2018

Governo da Guiné-Bissau

Ministério da Economia e das Finanças

**Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos
(DGPEE)**

URL: *<http://www.mef-gb.com>*

RELATÓRIO FINANCEIRO

Uma publicação para disseminar os dados estatísticos sobre a execução das finanças públicas na Guiné-Bissau, realizada pela Direção Geral da Previsão e os Estudos Económicos, do Ministério da Economia e Finanças da Guiné Bissau.

Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos- DGPEE 2017

Conteúdo

Prefácio	9
Introdução	11
I. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017	13
I.1. Receitas públicas	13
<i>Gráfico-1 Execução das Receitas Correntes</i>	13
<i>Gráfico-2: Repartição das receitas por administrações fiscais</i>	14
I.2. Despesas públicas.....	15
<i>Quadro-2: Execução das Despesas Orçamentais</i>	17
<i>Gráfico-3: Execução das Despesas Correntes Primárias (V.A.)</i>	17
<i>Gráfico-4: Execução das Despesas Primárias (V.A.)</i>	18
I.3. Os principais saldos.....	18
<i>Quadro-3: Execução dos Principais Saldos</i>	18
<i>Gráfico-5: Execução dos Principais Saldos</i>	19
I.4. Financiamento.....	19
<i>Quadro-7: Financiamento</i>	20
I.5. Dívida Externa	20
<i>Quadro-4: Stock da Dívida Externa (em milhões de Dólares USD)</i>	21
I.5.i. Desembolsos e Pagamentos efetuados	21
<i>Quadro-5: Desembolso da Dívida Externa (em milhões de FCFA)</i>	22
<i>Quadro-6: Reembolso da Dívida Externa</i>	23
I.6. Classificação Funcional.....	23
<i>Gráfico-6: Classificação Funcional da despesa (em % PIB)</i>	24
I.7. ESTADO DE CONVERGÊNCIA:	24
I.7.i. UEMOA	24
Critério da Primeira Ordem	25
Critério de segunda ordem.....	25
I.7.ii. CEDEAO	26
II. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	28
III. PERSPECTIVA PARA SEGUNDO SEMESTRE DE 2017	29
ANEXOS	30

Prefácio

O Ministério da Economia e Finanças (MEF) ao assumir a Reforma das Finanças Públicas como um desafio, tem trabalhado no sentido de alcançar uma maior eficiência na prestação dos serviços públicos, colaborando de uma forma significativa para a mudança organizacional e na valorização da nova metodologia de trabalho, orientada na produção de valores associados à gestão baseada nos resultados.

O código da transparência sobre a gestão das Finanças Públicas, constitui uma diretiva essencial na formulação das políticas públicas. Assim sendo, a atual Direção Superior do MEF, prioriza medidas de políticas económicas apropriadas e coerentes com vista a implementação das linhas mestras das reformas nas Finanças Públicas, a saber: o reforço de capacidade da ação governativa com objetivo do cumprimento do pacto de convergência, a estabilidade, solidariedade e o crescimento económico a nível das economias da União Económica e Monetária da África ocidental (UEMOA), através da aceleração e fortalecimento do crescimento económico, com vista a redução da pobreza e de uma boa gestão macroeconómica capaz de proporcionar um desenvolvimento durável e sustentável.

Com a publicação do presente relatório pretende-se divulgar um novo conceito sobre a Gestão das finanças públicas, nomeadamente, a aproximação da sociedade civil a administração pública, introdução da vertente comunicação e sensibilização dos atores políticos numa perspectiva pedagógica, capaz de ajudar na compreensão e acompanhamento de todo o processo da reforma em curso nas Finanças Públicas. Pretende-se ainda, por um lado, proporcionar ao público em geral e aos parceiros do desenvolvimento, em particular, uma nova dinâmica na política de gestão da coisa pública. Por outro lado, espera-se que os atores políticos e económicos continuem a contribuir de forma eficaz e progressiva, na integração regional e no saneamento das Finanças Públicas.

Em resumo, elaborar, adotar e mobilizar meios suficientes e adequados para implementações das políticas públicas eficazes.

Introdução

O objetivo deste Relatório é fornecer as informações sobre estado da evolução das Estatísticas das Finanças Públicas, cobrindo o período de janeiro a dezembro de 2017, de uma forma clara e transparente sobre a sua elaboração, execução e controlo, conforme o novo quadro harmonizado das finanças públicas da diretiva 2009/CM/UEMOA, relativa ao Código da Transparência sobre a Gestão das Finanças Públicas (Lei Nº 01/2015) e as Leis do Orçamento (Lei nº 02/2015), no espaço da UEMOA, aprovadas na Assembleia Nacional Popular (ANP). Para o efeito, impõe-se aos Estados Membros a publicação periódica e regular das informações relativas à Gestão das Finanças Públicas.

Este relatório apresenta as estatísticas oficiais das Finanças Públicas, que permitam uma avaliação exaustiva e conseqüente reflexão pública em matéria de análise e seguimento da evolução dos principais agregados das Finanças Públicas, assim como, às medidas de políticas económicas no período.

Eis alguns acontecimentos que marcaram a situação política económica e financeira no segundo trimestre do ano 2017.

No Campo Político:

- Esforços na mediação e busca de uma solução definitiva para crise política institucional, com base no cumprimento do acordo político da Guine-Conacri;
- Missão de avaliação das necessidades eleitorais da ONU promete apoiar o país, por forma a ter êxitos nos próximos atos eleitorais;
- Visita de uma alta missão ministerial da CEDEAO, para apurar o estado da implementação do Acordo de Conacri;
- P5 preocupado com a prolongada crise política no país (ONU, EU, UA, CPLP, CEDEAO);

- Uma missão da organização das mulheres guineenses com representatividade em diferentes organizações arrancou o contato de mediação junto dos atores políticos e signatários do Acordo da Guiné-Conacri.

No Campo Económico e Financeiro:

- Decreto lei do governo, não promulgado proíbe o envolvimento dos estrangeiros na campanha de comercialização e exportação de castanha de caju;
- Polémica instala a volta do preço ao produtor na campanha de comercialização de caju;
- Banco Mundial apoia a produção de arroz nas regiões de Oio e Cacheu através de projeto de emergência denominado PEASA;
- MEF anuncia o aumento na arrecadação das receitas de exportação nos primeiros meses em relação aos mesmos meses do ano precedente;
- Linha de interconexão de energia hidroelétrica no país, projeto OMVG promete indemnizar as pessoas afetadas;
- Taxa de mortalidade infantil regista redução de cerca de 33%;
- Ministério do Turismo e Artesanato em colaboração com a INACEP lança o serviço de aquisição dos vistos on-line;

Pesca inicia negociações de acordos de fundos de compensações com a União Europeia sem envolvimento do instituto marítimo portuário (IMP).

I. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

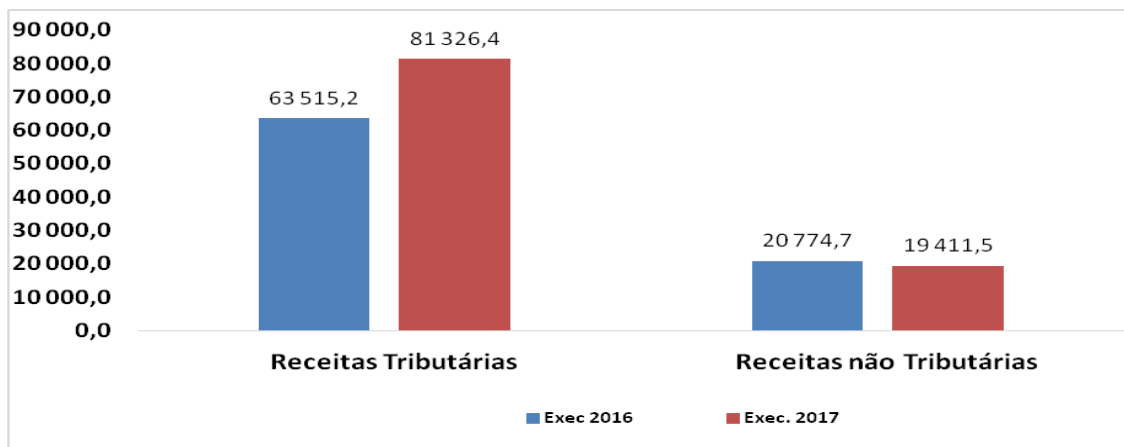
I.1. Receitas públicas

De acordo com a Tabela das Operações Financeiras do Estado (TOFE- Dezembro 2017):

As receitas totais e donativos atingiram 143.673,3 milhões de FCFA contra 112.214,9 milhões de FCFA no mesmo período do ano precedente, ou seja, um aumento de 28,0%. Este aumento tem a ver com o acréscimo nas receitas correntes e nos donativos em 19,2% e 55,1%, respectivamente.

De salientar que as receitas correntes aumentaram devido a forte arrecadação nas receitas tributárias em 28,0% embora as receitas não tributárias sofreu uma queda de 7,5%. Relativamente às receitas tributárias, o aumento verificou-se nos impostos indiretos (32,5%) e nos impostos diretos (17,2%). As receitas não tributárias, teve uma diminuição nas transferências recebidas das outras administrações públicas (71,4%) e nas taxas, Multas e penalidades (10,2%), apesar do aumento nas vendas de bens e serviços (20,6%) e nas outras receitas correntes, principalmente com o dividendo proveniente do BCEAO (139,9%). (Ver Quadro-1 em anexo).

Gráfico-1 Execução das Receitas Correntes



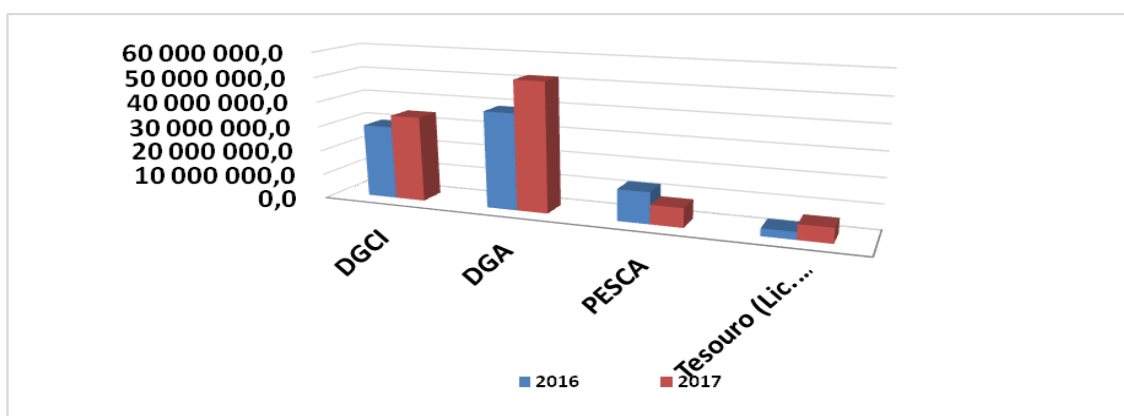
Fonte: TOFE/MEF.

Neste contexto, a Direção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) arrecadou 34.485,0 milhões de FCFA contra 29.690,0 milhões de FCFA no período homólogo, ou seja, um aumento de 16,2%. Para Direção Geral das Alfandegas (DGA), o aumento foi de 33,4%, passando de 38.976,5 milhões de FCFA para 52.008,3 milhões de FCFA, derivada essencialmente da contínua sustentabilidade ao nível de medidas de controlo aduaneiros, conjugado com o aumento do preço de referência da castanha de caju com casca (de exportação) e a continuação de aplicação das taxas TEC-CEDEAO, que teve início no País em Outubro de 2016.

O Setor das Pescas contribuiu com 7.711,0 milhões de FCFA contra 12.623,3 milhões de FCFA, diminuindo assim 38,9%, em relação ao mesmo período do ano precedente, motivada essencialmente pela ausência da Compensação Financeira da União Europeia.

Por último, a Direção Geral do Tesouro contribuiu com 5.990,8 milhões de FCFA, provenientes dos dividendos de BCEAO contra 3.000,0 milhões de FCFA, que resultaram das taxas específicas cobradas nas licenças de telemóveis no uso de 3G (MTN e ORANGE).

Gráfico-2: Repartição das receitas por administrações fiscais



Fonte: TOFE/MEF.

Quanto ao total dos donativos, o Governo mobilizou 42.843,9 milhões de FCFA contra 27.621,0 milhões de FCFA no mesmo período do ano transato, representando assim, um

aumento de 55,1% e uma taxa de execução de 94,9%. Esta situação ocorreu em parte, com aumento observado, essencialmente, nos donativos externos, com o maior destaque na ajuda a projetos (46,4%). Na ajuda à balança de pagamento, registou-se 2.786,9 milhões de FCFA.

Quadro-1: Execução das Receitas Orçamentais

DESIGNAÇÃO	janeiro a dezembro (em milhões Fcfa)				
	Exec 2016	Prog. 2015	Exec. 2017	V.H.	Tx Exec.
RECEITA TOTAL & DONATIVOS	112.214,9	110.746,0	143.676,3	28,0	129,7
Receitas Correntes	84.593,9	65.593,0	100.832,3	19,2	153,7
Receitas Tributárias	63.515,2	47.387,0	81.326,4	28,0	171,6
Impostos Directos	18.372,6	14.565,0	21.525,7	17,2	147,8
Impostos Indirectos	45.142,6	32.822,0	59.800,6	32,5	182,2
Receitas não Tributárias	21.078,8	18.206,0	19.506,0	-7,5	107,1
Tx. Mult. & Penalidades	8.003,0	7.560,0	7.187,5	-10,2	95,1
Tranferencias	6.995,4	8.230,0	2.000,6	-71,4	24,3
Vendas Bens & Serviços	3.578,6	2.416,0	4.317,1	20,6	178,7
Outras Rec. Correntes	2.501,7	0,0	6.000,8	139,9	
Donativos	27.621,0	45.153,0	42.843,9	55,1	94,9
Donativos Internos	0,0	0,0	0,0		
Donativos Externos	27.621,0	45.153,0	42.843,9	55,1	94,9
Ajuda ao Projecto	27.359,0	26.105,0	40.057,0	46,4	153,4
Ajudas à Balança de Pagamentos	262,0	19.048,0	2.786,9	963,7	14,6

Fonte: TOFE/MEF.

I.2. Despesas públicas

As despesas totais aumentaram em 8,0% situando-se em 155.778,4 milhões de FCFA contra 144.235,4 milhões de FCFA no mesmo período homólogo de 2016. Esta situação prende-se com os aumentos registados nas Despesas de capitais em 29,2%.

Em termos gerais, as despesas correntes teve um ligeiro aumento, contudo, é importante salientar algumas rubricas integrantes, nomeadamente, aquisições de bens e serviços (72,2%), juros da dívida (8,2%) e Despesas com pessoal (7,3%). De realçar que este aumento das despesas com pessoal é justificado essencialmente pelo pagamento dos atrasados na área de saúde e educação.

As despesas de capitais registou um montante de 54.913,1 milhões de FCFA em 2017, repartido em financiamento interno (2.165,2 milhões de FCFA) e financiamento externo (52.748,0 milhões de FCFA).

A nível de financiamento externo, pode-se destacar os empréstimos obtidos (12.471,8 milhões de FCFA) pelo seguintes parceiros: Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Banco Oeste Africano para o Desenvolvimento (BOAD) e Índia-Brazil, e ainda os donativos (40.057,0 milhões de FCFA) provenientes do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), União Europeia (UE), Banco Mundial (BM), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), FIDA, União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), KINDERDOF (SOS), Organização Africana para Propriedade Intelectual (OAPI), China, Índia-Brazil e Bélgica.

As despesas primárias¹ registaram a mesma tendência (+8,0%), em relação ao período homólogo.

Os atrasados de pagamentos internos foram de 176,9 milhões de FCFA contra 4.044,2 milhões de FCFA no mesmo período de 2016.

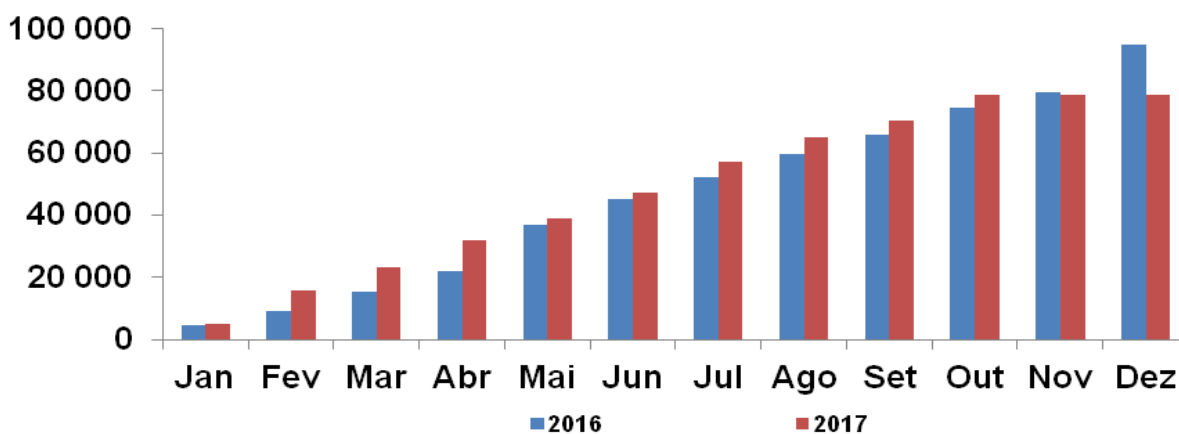
Os pagamentos dos atrasados nos anos anteriores sobre o exercício corrente foram de 2.076,1 milhões de FCFA contra 6.140,0 milhões de FCFA no período homólogo.

¹ Entende-se como despesas primárias as despesas totais excluindo juros.

Quadro-2: Execução das Despesas Orçamentais

janeiro a dezembro (em milhões Fcfa)					
DESIGNAÇÃO	Exec 2016	Prog. 2015	Exec. 2017	V.H.	Tx Exec.
DESPESA TOTAL & EMP. LÍQ.	144.235,4	113.947,0	155.778,4	8,0	136,7
Despesas Correntes	99.876,2	71.023,0	100.831,4	1,0	142,0
Despesas com Pessoal	31.511,4	30.769,0	33.797,9	7,3	109,8
Salário e Ordenado	31.511,4	30.769,0	33.797,9	7,3	109,8
Aquisição Bens e Serviços	11.969,8	14.134,0	20.615,8	72,2	145,9
Transferências correntes	31.569,7	15.969,0	24.422,7	-22,6	152,9
Outras Despesas Correntes	20.017,1	6.710,0	16.790,6	-16,1	250,2
Juros da Dívida	4.808,2	3.441,0	5.204,4	8,2	151,2
Despesas correntes primárias	95.068,0	67.582,0	95.627,0	0,6	141,5
Despesas à Regularizar	1.855,8	0,0	33,8	-98,2	
Desp. de Capital	42.503,3	42.924,0	54.913,1	29,2	127,9
Desp. Capital (fin. Interno.)	1.634,4	4.344,0	2.165,2	32,5	49,8
Desp. Capital (fin. Externo.)	40.869,0	38.580,0	52.748,0	29,1	136,7
Esprestimos Líquido	0,0	0,0	0,0		
Despesas primárias	139.427,1	110.506,0	150.573,9	8,0	136,3
Ajustamento base caixa	-2.095,8	0,0	-1.899,2	-9,4	
Resto a Pagar	4.044,2	0,0	176,9	-95,6	#DIV/0!
Pagamentos anos anteriores	-6.140,0	0,0	-2.076,1	-66,2	#DIV/0!

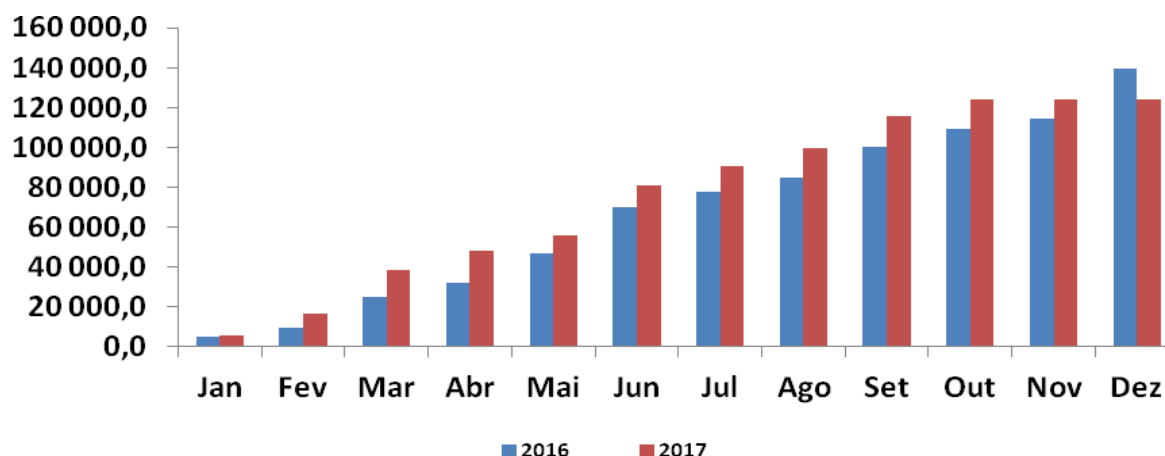
Fonte: TOFE/MEF

Gráfico-3: Execução das Despesas Correntes Primárias (V.A.)²

Fonte: TOFE/MEF

² Valores Acumulados.

Gráfico-4: Execução das Despesas Primárias (V.A.)



Fonte: TOFE/MEF

I.3. Os principais saldos

No período em análise, o saldo primário teve um excedente de 5.205,4 milhões de FCFA contra um défice de 10.474,1 milhões de FCFA no período homólogo.

O saldo global registou um défice de 12.102,1 milhões de FCFA em 2017 contra 32.020,4 milhões de FCFA no mesmo período do ano anterior.

O saldo orçamental de base incluindo donativos (o critério chave da convergência da UEMOA) registou um excedente de 622,7 milhões de FCFA em 2017 contra um défice de 16.654,7 milhões de FCFA em 2016.

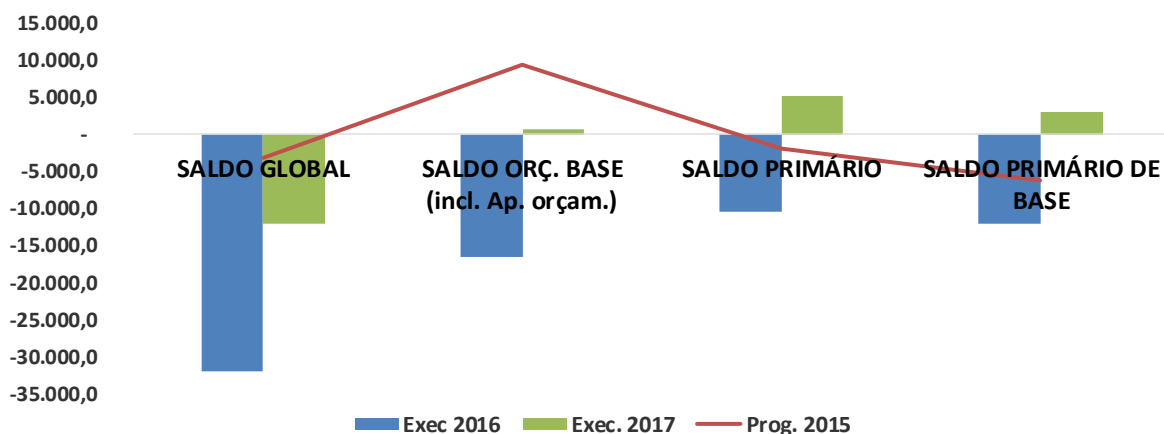
No que toca com o Saldo Primário de Base teve um superavit de 3.040,2 milhões de FCFA em 2017, contra um défice de 12.108,5 milhões de FCFA no período homólogo.

Quadro-3: Execução dos Principais Saldos

DESIGNAÇÃO	janeiro a dezembro (em milhões Fcfa)				
	Exec 2016	Prog. 2015	Exec. 2017	V.H.	Tx Exec.
SALDO GLOBAL	-32.020,4	-3.201,0	-12.102,1	-62,2	378,1
SALDO ORÇ. BASE (incl. Ap. orçam.)	-16.654,7	9.274,0	622,7	-103,7	6,7
SALDO PRIMÁRIO	-10.474,1	-1.989,0	5.205,4	-149,7	-261,7
SALDO PRIMÁRIO DE BASE	-12.108,5	-6.333,0	3.040,2	-125,1	-48,0

Fonte: TOFE/MEF

Gráfico-5: Execução dos Principais Saldos



Fonte: TOFE/MEF

I.4. Financiamento

Em 2017, o total de financiamento situou-se em 14.832,0 milhões de FCFA, sendo 7.681,4 milhões de FCFA provenientes do financiamento interno e 7.150,6 milhões de FCFA do financiamento externo.

A nível do financiamento externo, 12.690,9 milhões de FCFA foram financiadas para os projetos, provenientes dos credores BOAD, FIDA e a Índia-Brazil, incluindo as amortizações correntes exigíveis da dívida e as amortizações vencidas nos anos anteriores, num montante total de -5.540,4 milhões de FCFA.

Em relação ao período homólogo de 2016, o total do financiamento situou-se em 37.791,5 milhões de FCFA, dos quais, 26.945,5 milhões de FCFA foram financiadas internamente e 10.846,0 milhões de FCFA foram financiamentos a nível externo. Em relação a este último, 13.509,9 milhões de FCFA, foram financiadas para os projetos, provenientes dos credores BM, BAD, BOAD, Índia/Brasil e Espanha incluindo as amortizações correntes exigíveis da dívida e as amortizações vencidas nos anos anteriores num total de -2.663,9 milhões de FCFA.

Por fim, o Quadro das Operações Financeiras do Estado no período em análise apresentou um GAP de 830,7 milhões de FCFA contra 3.675,3 milhões de FCFA, no mesmo período do ano anterior.

Quadro-7: Financiamento

DESIGNAÇÃO	janeiro a dezembro (em milhões Fcfa)				
	Exec 2016	Prog. 2015	Exec. 2017	V.H.	Tx Exec.
FINANCIAMENTO	37.791,5	38.491,0	14.832,0	-60,8	38,5
Financiamento Interno	26.945,5	25.000,0	7.681,4	-71,5	30,7
<i>Financ. Bancário</i>	26.945,5	25.000,0	7.681,4	-71,5	30,7
Banco Central	8.703,7	0,0	-959,8	-111,0	
Δ depósito Estado+FMI	8.703,7	0,0	-959,8	-111,0	
Banco Comerciais	18.241,8	25.000,0	8.641,2	-52,6	34,6
Depósitos nos Bancos	2.050,1	0,0	-183,3	-108,9	
depósitos do tesouro	2.050,1	0,0	-183,3	-108,9	
Amort. Dos Bancos	0,0	25.000,0	0,0		0,0
Concours dos Bancos	16.191,7	0,0	8.824,5	-45,5	
<i>Financ. não Bancário</i>	0,0	0,0	0,0		
Financiamento Externo	10.846,0	13.491,0	7.150,6	-34,1	53,0
<i>Financ. aos Projectos</i>	13.509,9	12.475,0	12.690,9	-6,1	101,7
<i>Financ. aos Programa</i>	0,0	0,0	0,0		
<i>Amort. Corr. Exigível+ de anos anter.</i>	-2.663,9	1.016,0	-5.540,4	108,0	-545,3
GAP	3.675,3	35.290,0	830,7	-77,4	2,4

Fonte: TOFE/MEF

I.5. Dívida Externa

Em 2017, o stock da dívida pública externa atingiu uma soma de 371,77 milhões de USD contra 299,75 milhões de USD no mesmo período do ano anterior. Em termos comparativos, registou-se um aumento de 24,0%, em relação ao período homólogo do ano precedente. Este aumento é imputado aos novos engagements e desembolsos, principalmente por parte dos credores multilaterais.

Quadro-4: Stock da Dívida Externa (em milhões de Dólares USD)

	<i>Total do stock da Dívida Externa até 31/dez./2016</i>	<i>Total do stock da Dívida Externa até 31. dez./2017</i>
Total	299,75	371,77
Multilateral	241,16	294,27
Bilateral	53,29	72,19
Banco Comerciais	5,30	5,30

Fonte: MEF/DSD

I.5.i. Desembolsos e Pagamentos efetuados

De acordo com o Serviço da Dívida Pública, o montante desembolsado de janeiro a dezembro de 2017, foi de 21.169,59 milhões de FCFA contra 20.665,88 milhões de FCFA no período homólogo. O montante desembolsado em 2017 foi financiado pelo BOAD, (direcionado aos Projetos de Desenvolvimento, como de reabilitação das vias urbanas de Bissau – terceira fase, projeto de Apoio à Segurança Alimentar (PASA) e construção de Central Térmicas Diesel), FIDA (canalizado para o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Económico das regiões do Sul (PADES) e Banco Mundial (direcionado para Projeto de Interconexão da OMVG, Projeto de Fortalecimento do Setor Público da Guiné-Bissau, Projeto de Desenvolvimento Dirigido pela Comunidade Rural, Projeto do Setor Privado e Desenvolvimento do Agronegócio, segunda Fase do Programa Regional de Pescas da África Ocidental em Cabo verde, Gambia, Guiné-Bissau e Senegal, Projeto de Transporte Rural, Projeto de Melhoria dos Serviços da água e Eletricidade de Emergência e segunda fase de peixes).

De salientar que também no período homólogo de 2016, os desembolsos foram também essencialmente do BOAD, seguido Fundo Africano para o Desenvolvimento (FAD) e Fundo Especial de Nigéria (FNS), destinados aos Projetos de Apoio ao Programa do Desenvolvimento Sanitário, ao Projeto de Educação III, a reabilitação das vias urbanas de Bissau, fase (I, II e III), reabilitação da Estrada de Bissau/Jugudul (60 km) e a atualização

de Estudos da Estrada de Buba/Catió, projeto de Apoio à Segurança Alimentar (PASA), e projeto de promoção da rizicultura a favor dos jovens.

Quadro-5: Desembolso da Dívida Externa (em milhões de FCFA)

ORGANISMO	2016	2017
	jan. a dezembro CAPITAL	jan. a dezembro CAPITAL
FAD	124,63	0,00
BOAD	20 520,17	19 343,14
FIDA	0,00	144,53
IDA	0,00	1 681,92
BAD/FSN	21,09	0,00
TOTAL GERAL	20 665,88	21 169,59

Fonte: MEF/DSD

Quanto ao reembolso do serviço da dívida externa, no período em análise foram reembolsados 5.159,9 milhões de FCFA, para os seguintes credores: BOAD, FIDA e Banco Mundial. Entretanto, para as amortizações das dívidas vencidas no período corrente, foram de 1.786,6 milhões de FCFA e as que foram vencidas nos anos anteriores foram de 3.373,2 milhões de FCFA.

Em relação ao período homólogo de 2016, o montante reembolsado foi de 2.338,5 milhões de FCFA destinados para os seguintes credores: BID, BM, BOAD, BAD/FSN e Exim Bank.

Quadro-6: Reembolso da Dívida Externa

ORGANISMO	2016			2017		
	CAPITAL	JUROS	TOTAL	CAPITAL	JUROS	TOTAL
Ano Corrente	1.190,27	1.148,28	2.338,54	1.171,7	614,9	1.786,6
B I D	75,55	0,00	75,55	517,72	0,00	517,72
BANCO MUNDIAL- ida	1,34	10,76	12,11	183,03	79,82	262,84
B O A D	1.113,25	1.086,75	2.200,00	114,25	402,09	516,34
B A D	0,12	0,00	0,12	46,27	15,42	61,69
BAD/FSN	0,00	0,00	0,00	11,99	13,02	25,01
FIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,81	0,81
CEDEAO	0,00	0,00	0,00	52,14	17,38	69,52
FAD	0,00	0,00	0,00	88,98	29,66	118,64
EXIM-BANK	0,00	50,76	50,76	0,00	0,00	0,00
KUWAIT FOUND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAUDI FOUND	0,00	0,00	0,00	0,00	56,72	56,72
ABU DHABI	0,00	0,00	0,00	71,74	0,00	71,74
BADEA	0,00	0,00	0,00	85,60	0,00	85,60
Anos Anteriores	0,00	0,00	0,00	3.051,91	321,31	3.373,22
FAD	0,00	0,00	0,00	2,84	15,14	17,98
BADEA	0,00	0,00	0,00	338,59	0,00	338,59
BAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,03
BID	0,00	0,00	0,00	67,31	0,00	67,31
CEDEAO	0,00	0,00	0,00	2.643,17	17,38	2.660,55
SAUDI FOUND	0,00	0,00	0,00	0,00	113,45	113,45
KUWAIT FOUND	0,00	0,00	0,00	0,00	175,32	175,32
BEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	1.190,3	1.148,3	2.338,5	4.223,6	936,2	5.159,9

Fonte: MEF/DSD

I.6. Classificação Funcional

Conforme a nomenclatura orçamental existente, a classificação funcional teve um total de gasto de 91.801,8 milhões de FCFA em dezembro de 2017 contra uma programação anual de 135.243,7 milhões de FCFA, que representou uma taxa de execução de 51,6% e um rácio de 15,2% em percentagem do PIB.

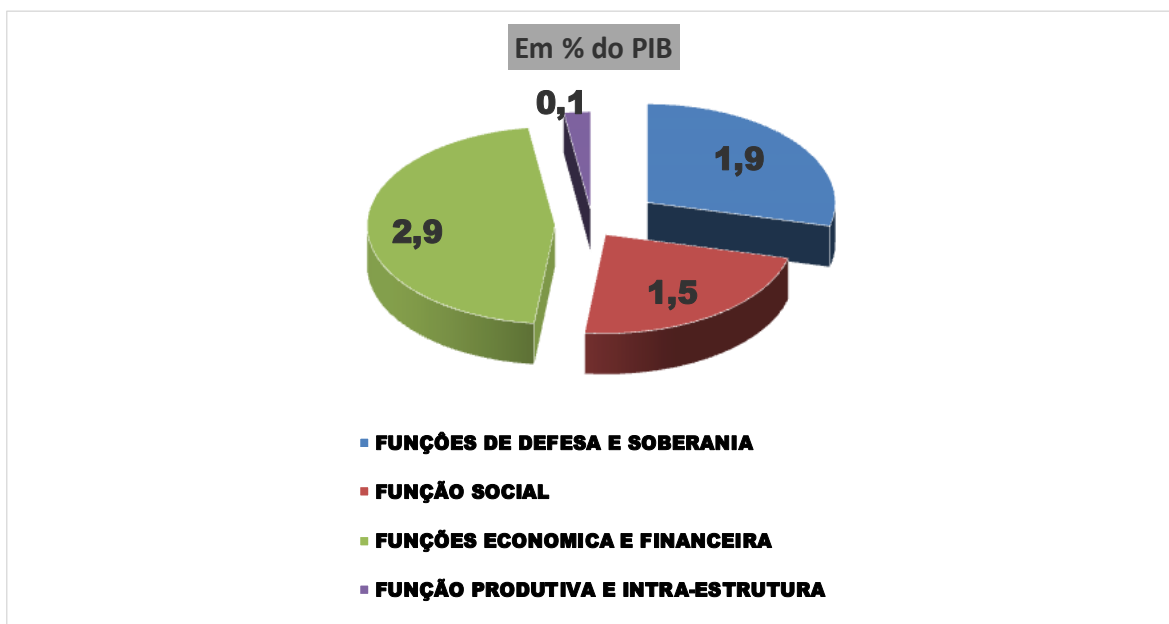
A função Económica e Financeira apresentou-se com maior fatia, isto é, 35.045,6 milhões de FCFA, que corresponde a 5,8% do PIB.

Em seguida, a função Defesa e Soberania, com 34.470,3 milhões de FCFA, representando uma taxa de 5,7% em termos do PIB.

A função Social, com 20.760,2 milhões de FCFA, em percentagem do PIB representa 3,4%.

Por último, a Função Produtiva e Infraestrutura consumiu 1.525,7 milhões de FCFA, que representa 0,3% do PIB e uma taxa de execução de 9,5%.

Gráfico-6: Classificação Funcional da despesa (em % PIB)



Fonte: MEF/DGO

I.7. ESTADO DE CONVERGÊNCIA:

I.7.i. UEMOA

No quadro do pacto de convergência delineado pela Comissão da UEMOA, através da conferência dos Chefes de Estados e do Governo, decidiram alargar o horizonte da convergência da União para o ano 2019 com algumas alterações nos critérios de Convergência. Eis os critérios:

Critério da Primeira Ordem

Primeiro: O rácio de Saldo Orçamental Global, reportado ao PIB nominal foi de -1,7% contra -4,7% no igual período de 2016.

Segundo: A taxa de inflação média de 2017 foi 1,1% contra 1,5% do mesmo período homólogo de 2016.

Terceiro: O rácio da dívida externa efetiva sobre o PIB nominal foi de 28,1% em 2017 contra 27,1%, no período homólogo de 2016.

Quadro-8: Critério de Convergência

CRITÉRIO PRIMEIRA ORDEM				
INDICADORES	Anual		jan. a dez.	
	Norma	2017	2016	2017
Saldo Orçamental global / PIB	$\geq -3\%$	-1,7	-4,7	-1,7
Taxa Infl. média anual	$\leq 3\%$	1,1	1,5	1,1
Dív.Públ. Total/ PIB³	$\leq 70\%$	28,1	27,1	28,1

Fonte: MEF/TOFE/INE

Critério de segunda ordem

Primeiro: O rácio da massa salarial reportado às receitas fiscais foi de 41,6% contra 49,6% em 2016.

Segundo: A taxa da pressão fiscal foi de 11,2% contra 9,2% no período homólogo de 2016.

³ Taxa de câmbio em relação DOLLAR, em dezembro: 2017 (574,87 Fcfa) e em 2016 (610,08 Fcfa); PIBn: 2017 (724,94 bilhões de Fcfa) e 2016 (682,91 bilhões de Fcfa).

Quadro-9: Critério de Convergência.

<i>CRITÉRIO SEGUNDA ORDEM</i>				
<i>INDICADORES</i>	<i>Anual</i>		<i>jan. a dez.</i>	
	<i>Norma</i>	<i>2017</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>
Massa Sal. /Rec. Fiscais	$\leq 35\%$	41,6	49,6	41,6
Pressão Fiscal	$\geq 20\%$	11,2	9,2	11,2

Fonte: MEF/TOFE/INE

I.7.ii. CEDEAO

No quadro da conferência dos chefes de Estados e dos governos da CEDEAO, na sua quadragésima sétima sessão ordinária, de 19 de maio de 2015, em Acra, adotou-se um conjunto de Critérios de Convergência Macroeconómica, constituindo uma versão revista de critérios de Convergência existentes, visando assegurar a realização de uma união monetária credível no espaço CEDEAO para o ano 2020. E estes Critérios são apresentadas de forma seguinte:

Critério da primeira ordem

Primeiro: O rácio do Saldo orçamental, incluindo base engajamento, reportado ao PIB nominal foi de -1,7% contra -4,7% no período homólogo de 2016;

Segundo: A taxa de inflação média anual em 2017 é de 1,1% contra 1,5% no mesmo período do ano anterior;

Terceiro: A informação das reservas brutas não está disponível;

Quarto: A informação deste critério também não está disponível.

Quadro-10: Critério da primeira ordem

CRITÉRIO PRIMEIRA ORDEM				
INDICADORES	Anual		jan. a dez.	
	Norma	2017	2016	2017
Défice Orç. (incl. base eng.)/PIB	≤ 3%	0,7	-0,9	0,7
Inflação Média anual ⁴	≤ 10%	1,1	1,5	1,1
Reservas Brutas	≥ 3m.i ⁵	n.d.	n.d.	n.d.
Fin. Déf.Orç. p/Bacen/Rec.fisc. ₁	≤ 10%	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: MEF/TOFE

Critério da segunda ordem

Primeiro: O rácio da dívida externa sobre o PIB nominal foi de 28,1% contra 27,1% no igual período de 2016.

Segundo: A variação da taxa de câmbio nominal, em relação ao Dólar, foi de 1,0% contra -0,1% no mesmo período de 2016.

Quadro-11: Critério da segunda ordem

CRITÉRIO SEGUNDA ORDEM				
INDICADORES	Anual		jan. a dez.	
	Norma	2017	2016	2017
Dívida Pública / PIB	≤ 70%	28,1	27,1	28,1
Var. taxa de Câmbio nominal	± 10%	1,0	-0,1	1,0

Fonte: MEF/TOFE

⁴ A meta para o ano 2019 é menor ou igual a 5% (≤5%).

⁵ Significa ≥ a três meses de importação.

II. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As principais conclusões retidas em 2017 são:

- Atividade económica e financeira continua a desenrolar num contexto político sócio económico, marcada pela ausência de dois instrumentos importantes da governação: o Programa do Governo e o Orçamento Geral de Estado.
- Dificuldade financeira encontrada a nível de Tesouraria Geral obrigou o governo a contrair o empréstimo junto do Banco Atlântico, no sentido de fazer face as despesas correntes;
- Emissão de Bilhete e as Obrigações de Tesouro;
- Houve melhoria na cobrança e arrecadação das receitas junto das Administrações Fiscais, nomeadamente, na Direção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), a Direção Geral das Alfandegas (DGA) e a Direção do Tesouro e da Contabilidade Pública, resultados das medidas administrativas e de reforço do controlo aduaneiro;
- Constatou-se certa progressão nas despesas correntes;
- Acordou-se novo calendário de pagamento sobre a dívida consolidada com os bancos comerciais;
- Reembolso atempado das dividas junto aos credores internacionais;
- Redução acentuada das despesas não tituladas.

A luz do Pacto de Convergência, de Estabilidade, de Crescimento e Solidariedade como instrumento de supervisão multilateral das políticas orçamentais e fiscais dos Estados membros no seio da UEMOA, o Governo respeitou os seguintes Critérios:

Critérios da primeira ordem: O governo respeitou todos os critérios da primeira ordem.

Critérios da segunda ordem: o governo não respeitou os critérios da segunda ordem.

Recomendações:

- Continuar o processo da consolidação de Paz e assegurar a Estabilidade Política, Macroeconómica e Orçamental;
- Evitar os riscos de novo endividamento externo e interno;
- Encorajar a promoção e diversificação da base produtiva das exportações, a fim de reduzir a dependência do país mediante à monocultura das exportações de castanha de caju;
- Intensificar e acelerar com a implementação das disposições contidas na Directiva-2009 da UEMOA;

III. PERSPECTIVA PARA SEGUNDO SEMESTRE DE 2017

- Nas finanças públicas, a implementação das reformas das finanças públicas permitira realizações de várias ações com vista à modernização da Administração Fiscal e Aduaneira.
- Perspetiva-se que no final da 5ª Avaliação do Programa ECF, agendada para Março de 2018, um desempenho satisfatório da parte do governo, relativamente ao cumprimento das metas quantitativas e medidas estruturais ao abrigo do programa económico e financeiro a médio prazo acordado com o Fundo Monetário Internacional;

ANEXOS

QUADRO-12: QUADRO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO

DESIGNAÇÃO	janeiro a dezembro (em milhões Fcfa)				
	Exec 2016	Prog. 2015	Exec. 2017	V.H.	Tx Exec.
RECEITA TOTAL & DONATIVOS	112.214,9	110.746,0	143.676,3	28,0	129,7
Receitas Correntes	84.593,9	65.593,0	100.832,3	19,2	153,7
Receitas Tributárias	63.515,2	47.387,0	81.326,4	28,0	171,6
Impostos Directos	18.372,6	14.565,0	21.525,7	17,2	147,8
Impostos Indirectos	45.142,6	32.822,0	59.800,6	32,5	182,2
Receitas não Tributárias	21.078,8	18.206,0	19.506,0	-7,5	107,1
Txs. Mult. & Penalidades	8.003,0	7.560,0	7.187,5	-10,2	95,1
Tranferencias	6.995,4	8.230,0	2.000,6	-71,4	24,3
Vendas Bens & Serviços	3.578,6	2.416,0	4.317,1	20,6	178,7
Outras Rec. Correntes	2.501,7	0,0	6.000,8	139,9	
Donativos	27.621,0	45.153,0	42.843,9	55,1	94,9
Donativos Internos	0,0	0,0	0,0	#DIV/0!	
Donativos Externos	27.621,0	45.153,0	42.843,9	55,1	94,9
Ajuda ao Projecto	27.359,0	26.105,0	40.057,0	46,4	153,4
Ajudas à Balaça de Pagamentos	262,0	19.048,0	2.786,9	963,7	14,6
DESPESA TOTAL & EMP. LÍQ.	144.235,4	113.947,0	155.778,4	8,0	136,7
Despesas Correntes	99.876,2	71.023,0	100.831,4	1,0	142,0
Despesas com Pessoal	31.511,4	30.769,0	33.797,9	7,3	109,8
Salário e Ordenado	31.511,4	30.769,0	33.797,9	7,3	109,8
Aquisição Bens e Serviços	11.969,8	14.134,0	20.615,8	72,2	145,9
Transferências correntes	31.569,7	15.969,0	24.422,7	-22,6	152,9
Outras Despesas Correntes	20.017,1	6.710,0	16.790,6	-16,1	250,2
Juros da Dívida	4.808,2	3.441,0	5.204,4	8,2	151,2
Despesas correntes primárias	95.068,0	67.582,0	95.627,0	0,6	141,5
Despesas à Regularizar	1.855,8	0,0	33,8	-98,2	
Desp. de Capital	42.503,3	42.924,0	54.913,1	29,2	127,9
Desp. Capital (fin. Interno.)	1.634,4	4.344,0	2.165,2	32,5	49,8
Desp. Capital (fin. Externo.)	40.869,0	38.580,0	52.748,0	29,1	136,7
Esprestimos Líquido	0,0	0,0	0,0	#DIV/0!	
Despesas primárias	139.427,1	110.506,0	150.573,9	8,0	136,3
SALDO GLOBAL	-32.020,4	-3.201,0	-12.102,1	-62,2	378,1
SALDO ORÇ. BASE (incl. Ap. orçam)	-16.654,7	9.274,0	622,7	-103,7	6,7
SALDO PRIMÁRIO	-10.474,1	-1.989,0	5.205,4	-149,7	-261,7
SALDO PRIMÁRIO DE BASE	-12.108,5	-6.333,0	3.040,2	-125,1	-48,0
Ajustamento base caixa	-2.095,8	0,0	-1.899,2	-9,4	
Resto a Pagar	4.044,2	0,0	176,9	-95,6	#DIV/0!
Pagamentos anos anteriores	-6.140,0	0,0	-2.076,1	-66,2	#DIV/0!
FINANCIAMENTO	37.791,5	38.491,0	14.832,0	-60,8	38,5
Financiamento Interno	26.945,5	25.000,0	7.681,4	-71,5	30,7
Financ. Bancário	26.945,5	25.000,0	7.681,4	-71,5	30,7
Banco Central	8.703,7	0,0	-959,8	-111,0	#DIV/0!
Δ depósito Estado+FMI	8.703,7	0,0	-959,8	-111,0	#DIV/0!
Banco Comerciais	18.241,8	25.000,0	8.641,2	-52,6	34,6
Depositos nos Bancos	2.050,1	0,0	-183,3	-108,9	#DIV/0!
depósitos do tesouro	2.050,1	0,0	-183,3	-108,9	#DIV/0!
Amort. Dos Bancos	0,0	25.000,0	0,0	#DIV/0!	0,0
Concours dos Bancos	16.191,7	0,0	8.824,5	-45,5	#DIV/0!
Financ. não Bancário	0,0	0,0	0,0	#DIV/0!	#DIV/0!
Financiamento Externo	10.846,0	13.491,0	7.150,6	-34,1	53,0
Financ. aos Projectos	13.509,9	12.475,0	12.690,9	-6,1	101,7
Financ. aos Programa	0,0	0,0	0,0	#DIV/0!	#DIV/0!
Amort. Corr. Exigível+ de anos anter.	-2.663,9	1.016,0	-5.540,4	108,0	-545,3
GAP	3.675,3	35.290,0	830,7	-77,4	2,4

Fonte: TOFE/MEF

QUADRO-13: DAS OPERAÇÕES DAS RECEITAS DO ESTADO

2.1. Quadro das Operações Financeiras de Estado					
Janeiro a dezembro (em mil Fcfa)					
DESIGNAÇÃO	Exec 2016	Prog. Duod. 2015	Exec. 2017	V.H.	Tx Exec.
Receitas Tributárias	63.515.173	47.387.000	81.326.359	28,0	171,6
<i>impostos directos</i>	18.372.590	14.565.000	21.525.741	17,2	147,8
Impostos sobre o rendimento	17.389.257	14.010.000	20.678.582	18,9	147,6
Outros impostos directos	983.333	555.000	847.159	-13,8	152,6
<i>impostos indirectos</i>	45.142.583	32.822.000	59.800.618	32,5	182,2
Impostos s/Transacões Intern.	18.992.464	13.468.000	24.751.208	30,3	183,8
Impostos sobre o consumo (IEC)	4.393.894	3.651.000	4.995.162	13,7	136,8
Imposto Geral s/Vendas (IGV)	20.365.515	13.958.000	28.578.333	40,3	204,7
Outros impostos indirectos	1.390.711	1.745.000	1.475.915	6,1	84,6
Receitas não Tributárias	21.078.763	18.206.000	19.505.974	-7,5	107,1
<i>Txs. Mult. & Penalidades</i>	8.003.004	7.560.000	7.187.502	-10,2	95,1
Taxas	7.472.025	3.110.201	6.446.782	-13,7	207,3
Multas e penalidades	530.979	450.000	740.721	39,5	164,6
<i>Transferencias</i>	6.995.389	8.230.000	2.000.643	-71,4	24,3
Administrações publicas	1.560.867	1.245.644	1.400.643	-10,3	112,4
Exterior	5.434.522	6.984.804	600.000	-89,0	8,6
Outros	0	0	0		
<i>Venda de bens & Serviços</i>	3.578.648	2.416.000	4.317.069	20,6	178,7
Venda de bens não duradouros	304.358	300	635.807	108,9	211.935,7
Serviços	2.748.021	2.000.000	3.516.541	28,0	175,8
Venda do pescado	526.269	416.000	164.721	-68,7	39,6
<i>Outras Rec. Corr. & Outros Rend.</i>	2.501.722	0	6.000.760	139,9	

Fonte: TOFE/MEF

Quadro- 14: Evolução do Stock da Dívida Externa

Evolução recente do Stock da Dívida Externa Líquida da Guiné-Bissau				
PERÍODO	PIB	DÍVIDA LÍQUIDA EXTERNA DA	DÍVIDA EXTERNA	
	Milhões			
	FCFA	FCFA	DO PIB	
2006	309.467	522.865	169,0%	
2007	333.385	494.597	148,4%	
2008	387.197	510.673	131,9%	
2009	390.403	499.102	127,8%	
2010	420.515	81.606	19,4%	
2011	518.288	93.837	18,1%	
2012	505.079	110.006	21,8%	
2013	519.798	113.493	21,8%	
2014	521.246	160.466	30,8%	
2015	603.430	159.328	26,4%	
2016	682.914	183.422	26,9%	
2017*	724.941	203.552	28,1%	

Fonte: MEF/DSD

*Dados até dezembro de 2017...

Quadro- 15: Repartição das Receitas das Administração Fiscais

	2016	2017	V.H.
DGCI	14.590,3	18.123,6	24,2
DGA	20.595,5	26.155,3	27,0
PESCA	3.917,1	3.025,1	- 22,8
Tesouro (Lic.3G+madeira)	3.000,0	6.011,1	100,4
TOTAL	42.102,9	53.315,2	26,6

Fonte: TOFE

Quadro- 16: Classificação Funcional

DESIGNAÇÃO	FUNCIONAMENTO		INVESTIMENTO		TOTAL REAL.	TX.EXEC.	% PIB
	PREV.	EXEC.	PREV.	EXEC.			
FUNÇÕES DE DEFESA E SOBERANIA	33.871,7	34.470,3	1.283,3	-	34.470,3	98,1	5,7
ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR	4.548,6	3.204,9		-	3.204,9	70,5	0,5
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1.262,1	1.628,0			1.628,0	131,2	0,3
PRIMATURA	1.345,5	1.962,2		-	1.962,2	145,8	0,3
SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	893,4	853,8			853,8	95,6	0,1
TRIBUNAL DE CONTAS	356,8	442,9			442,9	124,1	0,1
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA	1.212,8	1.159,7			1.159,7	95,6	0,2
MIN.NEG.ESTRANGEIROS,DA COOPER. I E DAS COMUNIDADES	2.718,9	3.088,4			3.088,4	113,6	0,5
EMBAIXADAS	2.400,0	2.504,9			2.504,9	104,4	0,4
SEC. ESTADO DA COOP.E DAS COMUNIDADES	51,0	15,3			15,3	30,1	0,0
SEC. ESTADO COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		27,7			27,7		0,0
MIN DEFESA NACIONAL	10.563,3	11.169,3	9,4	-	11.169,3	105,6	1,9
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	7.032,2	7.387,3	66,9	-	7.387,3	104,1	1,2
SEC. ESTADO DA ORDEM PÚBLICA	33,0	35,3			35,3	106,8	0,0
SEC. ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	468,9	7,5			7,5	1,6	0,0
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	985,4	983,0	1.207,0		983,0	44,8	0,2
FUNÇÃO SOCIAL	20.410,1	20.760,2	10.764,9	-	20.760,2	66,6	3,4
MIN.PRESIDENCIA.C.MINISTROS E ASS.PARLAMENTARES	198,4	127,7			127,7	64,3	0,0
MINISTÉRIO DA SAÚDE PÚBLICA	4.614,0	4.295,8	4.368,5	-	4.295,8	47,8	0,7
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO HOSPITALAR	35,0	7,8			7,8	22,1	0,0
MIN.MULHER, FAMILIA E COESÃO SOCIAL	219,5	120,2	1.517,5	-	120,2	6,9	0,0
MIN. DA EDUCAÇÃO NACIONAL	10.765,3	12.114,8	4.435,0		12.114,8	79,7	2,0
SECRETARIA DE ESTADO DE ENSINO E I.CIENTÍFICA	40,4	15,3			15,3	37,7	0,0
SECRETARIA DE ESTADO DE ENSINO BASICO		21,4			21,4		0,0
MIN. DA JUVENTUDE E EMPREGO	438,9	30,7	430,3		30,7	3,5	0,0
MIN. DA CULTURA E DESPORTO		497,0			497,0		0,1
MIN. DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	445,7	560,4			560,4	125,7	0,1
MIN. DE COMBT.DA LIBERDADE DA PÁTRIA	1.874,0	1.550,9	13,6		1.550,9	82,2	0,3
pensões apos;;reforma;inval;sobriviv	1.779,0	1.418,2			1.418,2	79,7	0,2
FUNÇÕES ECONOMICA E FINANCEIRA	79.809,4	33.480,4	15.746,0	1.565,2	35.045,6	36,7	5,8
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS	23.940,9	17.883,9			17.883,9	74,7	3,0
SEC. ESTADO DO TESOUREO	45.235,6	6.789,6			6.789,6	15,0	1,1
Pensões provisórias de aposentação	4.180,0	6.787,2			6.787,2	162,4	1,1
SEC. ESTADO DO ORÇAMENTO E ASS. FISCAIS	416,3	718,4			718,4	172,5	0,1
SEC. ESTADO DE PLANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	488,9	260,0	8.097,7	1.265,2	1.525,1	17,8	0,3
MIN. DA AGRICULTURA E DESENVIMENTO RURAL	1.282,3	428,9	6.970,3	300,0	728,9	8,8	0,1
SEC. DE ESTADO DA FLORESTA E PECUARIA	33,0	16,2			16,2	49,2	0,0
MIN. DAS PESCAS	3.509,4	128,8	531,9		128,8	3,2	0,0
MIN. DA ADMINISTRAÇÃO TERRITORIAL	338,0	17,5			17,5	5,2	0,0
SEC. ESTADO DO PODER LOCAL		176,1			176,1		0,0
MINISTÉRIO DA FUN. PÚBLICA E REFORMA ADMINISTRATIVA	385,0	274,0	146,1	-	274,0	51,6	0,0
SEC. ESTADO DA REFORMA ADMINISTRATIVA		55,8					
FUNÇÃO PRODUTIVA E INTRA-ESTRUTURA	1.152,5	925,7	14.919,0	600,0	1.525,7	9,5	0,3
MIN. DAS OBRAS PÚBLICAS CONSTRUÇÕES E URBANISMOS	220,2	170,9	7.826,9	600,0	770,9	9,6	0,1
MIN. DOS RECURSOS NATURAIS	160,3	82,0	971,5		82,0	7,2	0,0
MIN. DA ENERGIA	155,3	156,3	3.035,6	-	156,3	4,9	0,0
MIN. DO TURISMO	-	140,8	45,4	-	140,8	310,5	0,0
MIN. DO COMÉRCIO E INDUSTRIA	287,2	159,5			159,5	55,5	0,0
MIN. DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO	199,0	109,3	577,0		109,3	14,1	0,0
MIN. DO AMBIENTE	130,5	106,8	2.462,5		106,8	4,1	0,0
TOTAL	135.243,7	89.636,7	42.713,2	2.165,2	91.801,8	51,6	15,2

Fonte: DGO

Ficha Técnica:

Coordenador:

O Director Geral:

Totas João CORREIA

E-mail: totas.correia@gmail.com

Site: www.mef-gb.com

Equipa Técnica:

Óscar CUNHA

Samora GOMES

Raciato Bari SERRA

Laudimila C. S. CAMARÁ

Emerino Lima NETO

Firmino Pera JOAQUIM

Fernando MANÉ

Stephanie Shirley D.M. CABRAL

Biaguito LOPES

Sidónio dos SANTOS

Dayvikson TAVARES

Serifo Inussa AIDARA LY

Adewusi MENDONÇA

Ernesto CORREIA

Colaboração de todas as Direcções Gerais do Ministério da Economia e Finanças